



EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública nº 02/2025

A empresa COSTA E FREITAS CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, já qualificada nos autos do processo referente à Concorrência Pública nº 02/2025, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** aos recursos interpostos pelas empresas ISAPED CONSTRUTORA LTDA, CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA e C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

I – DO RECURSO DA ISAPED CONSTRUTORA LTDA

1. Apresentação de balanços patrimoniais desatualizados

A ISAPED apresentou apenas os balanços patrimoniais dos exercícios de 2022 e 2023. No entanto, a sessão pública do certame ocorreu em 27 de maio de 2025, data em que o balanço do exercício de 2024 já era legal e contabilmente exigível, conforme item 7.4.2 do edital e legislação pertinente:

“Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigível à data da Licitação e apresentado na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa a qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada apresentação de balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se a atualização dos ditos balanços por índices oficialmente utilizados quando o encerramento do exercício tenha ocorrido há mais de 3 (três) meses da data de apresentação das propostas.”

Lei nº 14.133/2021 – Art. 69, I:

“Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:



I - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;”

Código Civil – Art. 1.078, § 1º:

“Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

§ 1º Até trinta dias antes da data marcada para a assembleia, os documentos referidos no inciso I deste artigo devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.”

Portanto, o prazo para encerramento e disponibilização do balanço patrimonial de 2024 encerrou-se em 31 de março de 2025, o que torna sua exigência plenamente legítima na data da sessão (27/05/2025).

2. Atestado técnico inválido e risco à integridade da competição

A ISAPED apresentou como comprovação de capacidade técnica um atestado emitido pela empresa DIAGRAMA SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E PROJETOS EIRELI, com CAT vinculada ao profissional Marlon Mendes da Silva.

Contudo:

1. O atestado não foi emitido em nome da ISAPED, mas de empresa terceira;
2. Não houve comprovação de vínculo contratual ou societário do profissional com a ISAPED;
3. A empresa emissora do atestado (DIAGRAMA) também é participante do mesmo certame, o que pode configurar conduta anticompetitiva e quebra de isonomia.

Lei nº 14.133/2021 – Art. 5º:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da



segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

II – DO RECURSO DA CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA

1. Alegação genérica sobre suposta incapacidade técnica

A CONSTROI sustenta que os atestados da empresa COSTA E FREITAS não comprovariam a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, no entanto, a empresa executou no próprio município obra pública de porte equivalente (Escola Municipal Irene Lima), contendo instalações elétricas, hidrossanitárias e sistema de combate a incêndio, compatíveis com o objeto licitado.

2. Da ausência de menção literal ao sistema de combate a incêndio

A recorrente sustenta que não foi comprovada a execução de sistema de combate a incêndio, contudo, os atestados da COSTA E FREITAS comprovam a execução de extintores e sinalização de emergência, os quais integram o sistema exigido no projeto básico da creche.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, § 1º, exige que a comprovação da qualificação técnica seja feita por meio de atestados que demonstrem aptidão para desempenho de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Nesse contexto, a legislação não exige identidade terminológica ou correspondência literal entre os termos utilizados nos atestados e os constantes do edital ou do projeto básico, mas sim a compatibilidade substancial entre as obras anteriormente executadas e o objeto licitado. Essa interpretação é corroborada pelo princípio do julgamento objetivo, também previsto no art. 5º da mesma Lei.

A exigência de literalidade extrema seria contrária ao próprio interesse público, pois transformaria a análise da qualificação técnica em mero exercício semântico, desconsiderando a efetiva experiência e capacidade da empresa. Tal interpretação criaria entraves desproporcionais à competitividade e abriria margem



para julgamentos subjetivos e arbitrários, contrariando os princípios da isonomia, da razoabilidade e da vinculação ao edital.

Portanto, a compatibilidade técnica deve ser aferida pelo conteúdo e escopo das atividades realizadas, e não pela presença ou ausência de expressões literais. A presença nos acervos técnicos da recorrida de instalações de extintores, sinalizações de emergência e outros itens integrantes do sistema de combate a incêndio, ainda que descritos de forma não idêntica, satisfaz plenamente a exigência editalícia.

3. Da aprovação da documentação técnica pelo setor competente da Administração

É importante destacar que toda a documentação técnica apresentada pela empresa COSTA E FREITAS já foi analisada e aprovada pelo setor técnico da própria Administração Pública municipal, responsável pela verificação da compatibilidade dos atestados com as exigências do edital.

A jurisprudência e a doutrina são pacíficas ao reconhecer que, uma vez superado o crivo técnico da Administração — especialmente por setor com atribuição legal para tanto —, não cabe à parte adversária desconstituir essa conclusão com base em meras interpretações subjetivas ou alegações genéricas, sob pena de violação aos princípios da presunção de legitimidade dos atos administrativos e da autotutela.

Essa constatação reforça a legalidade da habilitação da empresa COSTA E FREITAS, bem como a ausência de qualquer irregularidade ou prejuízo à isonomia do certame.

III – DO RECURSO DA C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA

1. Da ausência da Carta de Preposição exigida no edital

Embora a empresa atualmente se encontre habilitada, seu recurso tenta relativizar a exigência da carta, fazendo com que o processo retorne diversas fases, alegando que, por ser empresa unipessoal e seu sócio ter operado diretamente o sistema, a exigência seria desnecessária.



O Edital em seu item 7.7 não só prevê, como também indica um modelo de Carta de Preposição e a flexibilização de exigência sem previsão no mesmo, viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no Art. 5º, da Lei 14.133 de 2021 e compromete a isonomia entre os licitantes, especialmente considerando que quando o mesmo prazo foi aberto para outras empresas, todas acataram o pedido, sem reclamações e sem recursos.

2. Risco institucional decorrente do parentesco com o Chefe do Poder

Executivo

É fato notório que o sócio da empresa C. PACHECO é primo do atual Prefeito Municipal. Ainda que tal grau de parentesco não configure impedimento legal automático, qualquer interpretação subjetiva que favoreça a empresa — como desconsiderar exigência objetiva do edital — comprometeria a moralidade e a imagem de integridade do processo licitatório.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROTEÇÃO AO INTERESSE PÚBLICO

Cabe ressaltar que a empresa COSTA E FREITAS, dentre as habilitadas, apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com valor R\$ 283.683,28 inferior ao próximo colocado, o que reforça o interesse público na sua manutenção como vencedora.

Além disso, a eventual aceitação de recurso que importe no retorno indevido de diversas fases do processo, na indevida habilitação de licitante inabilitada, ou na inabilitação da COSTA E FREITAS — já habilitada — poderá configurar violação à legalidade, à moralidade e ao devido processo, sujeitando o certame a discussões na esfera judicial, por ferimento aos princípios da isonomia, vinculação ao edital e julgamento objetivo.

V – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a esta respeitável Comissão:

- a) o recebimento e o conhecimento destas contrarrazões;
- b) o indeferimento integral dos recursos interpostos pelas empresas ISAPED CONSTRUTORA LTDA, CONSTROI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA e C.



PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA;

c) a manutenção da habilitação da empresa COSTA E FREITAS CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e de sua proposta como mais vantajosa para a Administração.

Nesses termos,

Pede deferimento.

São José do Vale do Rio Preto, 17 de junho de 2025.

Luiz Henrique de Freitas
Sócio Administrador